LEI N 1.004, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 §2º da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentaria Anual para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I – As metas e prioridades da administração pública Municipal;
II - As diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública;
III – A orientação a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
IV - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
V – O equilíbrio entre receitas e despesas;
VI – Os critérios e formas de limitação de empenho;
VII – As normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
VIII – As condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
IX – Os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
X – A definição de critérios para início de novos projetos;
XI – As disposições sobre política de pessoal;
XII - A política de fomento para o Município; e
XIII – As disposições finais.

§ 1º – Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

a) Anexo I – Metas e Prioridades da Administração para 2026;
b) Anexo II – Estimativa de Arrecadação para 2026/2028;
c) Anexo III – Meta de Resultado Primário para 2026/2028;
d) Anexo IV – Meta de Resultado Nominal para 2026/2028;
e) Demonstrativo I – Metas Fiscais Anuais em valores correntes e constantes para 2026/2028;
f) Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2024;

g) Demonstrativo III – Metas fiscais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores a 2026;
h) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio no período de 2022 a 2024;
i) Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
j) Demonstrativo VI - Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS
l) Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia da receita;
m) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado - DOCC;
n) ARF – Anexo de riscos fiscais e providências;
o) Anexo V – Metodologia de Cálculo da Estimativa da Arrecadação para 2026/2028.

§ 2º - os documentos previstos no § 1º deste artigo são elaborados com base na **PORTARIA STN/MF Nº 989, DE 14 DE JUNHO DE 2024**.

§ 3º - as informações contidas nos Anexos I e II constam no PPA 2026/2029, com as correções e ajustes necessários para o exercício de 2026, 2027 e 2028.

§ 4º - para a elaboração do Demonstrativo 2 da presente lei, foi utilizado o mesmo valor do PIB Estadual.

§ 5º - no que se refere ao Demonstrativo 7, o Município apresenta valores apenas quando da revisão do Código Tributário Municipal, bem como a partir de lei específica que venha a ser editada.

§ 6º - na elaboração do Demonstrativo 8, o Município observou o aumento previsto na arrecadação das receitas correntes para 2026, em relação à previsão de arrecadação para 2025.

§ 7º - Como providências, no ANEXO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, o Município considera como fonte de recursos para os créditos adicionais a Reserva de Contingência e a Anulação de dotações orçamentárias, podendo se utilizar de outras fontes de recursos previstas na Lei nº 4.320/64, quando da execução orçamentária.

Art.2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2026.

SEÇÃO II
DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art.3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art.4º - Os gastos municipais são estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

I – A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;

II – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
III – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
IV – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

SEÇÃO III
DAS RECEITAS DO MUNICIPIO

Art.5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

I – Dos tributos de sua competência;
II – De atividades econômicas;
III – De transferências constitucionais ou voluntárias;
IV – Das alienações;
V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital; e
VI – Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art.6º - A estimativa das receitas considera:

I – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
II – A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;
III – Alterações na legislação tributária;
IV – A variação do índice de preços;
V – A arrecadação dos últimos 03 (três) exercícios encerrados (2022 a 2024) e a previsão para 2025.

Art.7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

§1º - O Município não poupará esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;
§2º- O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;
§3º - A lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas às exigências do art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art.8º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 serão as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades (ANEXO I), que integra esta Lei.

Art.9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela Lei Orçamentária Anual e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual:

§1º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2026, ambos os Poderes deverão verificar os programas que serão contemplados no PPA

2026/2029, e as ações prioritárias, nele contempladas para 2026, e se estão em consonância com as prioridades previstas na presente Lei;

§2º - Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2026, atendida as despesas que constituem as obrigações constitucionais e as que custeiam o funcionamento dos Órgãos que integram o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, fica estabelecida como prioridade a alocação de recursos orçamentários destinados a assegurar a efetiva Proteção Social, por intermédio dos programas e ações integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como daqueles relacionados ao atendimento à infância e à adolescência no âmbito do Município, em conformidade com o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente;

§3º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2026, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes;

§4º - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual e estiverem em conformidade com artigo 5º, §5º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

§5º - Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, os quais integrarem a Lei Orçamentária de 2026, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. **(Artigo 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000)**

CAPÍTULO III
A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I
Da Organização dos Orçamentos

Art.10 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;
II – Orçamento da Seguridade Social;
III – Orçamento de Investimentos

§1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§2º - O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

§3º - O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do Capital Social com direito a voto.

Art.11 - A Lei Orçamentária será apresentada com a forma e o detalhamento estabelecidos na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e demais disposições legais e constitucionais sobre a matéria, adotando, na sua estrutura, a classificação da receita e da despesa quanto a sua natureza e à classificação funcional da despesa orçamentária atualizadas, de acordo com as disposições técnico-legais contidas na legislação em vigor.

Art.12 - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I – A fundos especiais;
II – Às ações de saúde;
III – às ações de assistência social;
IV – À Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art.13 - No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite prudencial estabelecido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único – Caso o Município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2026, já esteja acima do limite previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

Art.14 - O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2026 já fixar tais valores mínimos.

Art.15 - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026, **será dada como prioridade à utilização de no mínimo 1% (um por cento)** sobre a **Receita Corrente Líquida** prevista para o exercício financeiro de 2026, com ações do Sistema único da Assistência Social (SUAS), objetivando:

§1º - Ampliação da política de assistência social através do Sistema único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios sócios assistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, a nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

§2º - Combate à pobreza com a execução de programas sociais de transferências renda;

§3º - Melhoria dos serviços prestados à população com atenção especial às políticas de educação, assistência social e saúde;

Parágrafo Único - O Município não gastará menos de 2% (dois por cento) da receita tributária líquida anual na promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes e nem menos de 2% (dois por cento) do Fundo de Participação dos Municípios com o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a serem vinculados à promoção eficaz das políticas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Art.16 - Constará da Lei Orçamentária recurso para **pagamento de sentenças judiciárias**, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal, devendo na **execução orçamentária e financeira identificar os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais**, conforme determina o art. 10 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art.17 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Texto da lei;
II – Quadros orçamentários consolidados;
III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;
IV – Demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo Único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art.18 - Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até **30 DE SETEMBRO DE 2025**, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no projeto de lei orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art.19 - O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até **31 DE OUTUBRO DE 2025**, prazo suficiente para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como da Execução Orçamentária de 2025.

SEÇÃO II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art.20 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá ao valor de até 3% (três por cento) da Receita Corrente Liquida Prevista para o Município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais (Portaria STN 163, art. 8º), conforme anexo de riscos fiscais.

Parágrafo Único – Para efeitos do disposto no caput deste artigo, a Reserva de Contingência do RPPS não será considerada no cálculo do limite máximo para reserva de contingência do

Município, visto que aquela Reserva somente poderá ser destinada a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos do próprio RPPS.

Art.21 - Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

Art.22 - As despesas de caráter continuado terão aumento limitado ao mesmo percentual verificado na Previsão da Receita para 2026 em relação ao exercício financeiro de 2025, desde que não comprometa as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2026.

Art.23 - Na hipótese de ocorrer às circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9, ou no inciso II, § 1º, do art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivo e Legislativo deverão proceder à respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

§1º - Ao final de cada bimestre, a Administração Pública verificará o cumprimento das metas de resultado primário e nominal no Anexo de Metas Fiscais;

§2º - Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho, a fim de que atinjam as Metas Fiscais para o Exercício de 2026.

Art.24 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2026, o Poder Executivo e Legislativo, estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

SEÇÃO III
Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art.25 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual previsto no art. 29-A da Constituição Federal sobre a projeção de arrecadação para o exercício financeiro de 2025. A proposta orçamentária da Câmara, que conterá recursos destinados à cobertura da Verba de Custeio das atividades dos Vereadores será feita após o recebimento da previsão das receitas citadas neste artigo que será enviada pelo Poder Executivo até **31 DE AGOSTO DE 2025**.

Art.26 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

§1º - As Arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras, ISS e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo e que não tenham sido recolhidas diretamente ao Executivo serão contabilizadas

nesse Poder como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal do Executivo ao Legislativo.

§2º - Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos:

I – Os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;
II – Outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art.27 - A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.

SEÇÃO IV
Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art.28 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, ou que seja custeado por outra esfera de Governo.

SEÇÃO V
Das Disposições Relativas à Dívida Pública e ao Endividamento Público Municipal

Art.29º - Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária Anual de 2026, os recursos necessários para pagamento da dívida, com objetivo principal de reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira **(artigo 31, § 1°, II da Lei Complementar nº 101/2000)**.

Art.30º - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.31º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

SEÇÃO VI
Subseção I
Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art.32 - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, VIII, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

Subseção II
Da Transferência de Recursos Financeiros para Consórcios Públicos

Art.33 - Fica autorizado a transferência de recursos financeiros para consórcios públicos dos quais seja integrante, com a finalidade de viabilizar a implementação de ações de interesse comum, observadas as disposições desta Lei.

Art.34 - O Poder executivo poderá, por meio de contrato/convênio fazer parte de Consórcio Públicos na forma da legislação pertinente em vigor serão adotadas as normas e diretrizes constantes desta Seção quanto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para o Consórcio Público em decorrência de obrigações assumidas no respectivo Contrato de rateio integrarão o Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária instituída.

Art.35 - As transferências de recursos referidas no artigo anterior poderão ser realizadas por meio de:

I – Aportes financeiros destinados ao custeio das atividades do consórcio público, conforme previsto em contrato de rateio;

II – Repasse de recursos vinculados a convênios ou programas específicos, mediante termo de cooperação ou instrumento congênere;

III – Transferência voluntária ou obrigatória, desde que prevista na legislação vigente e no orçamento anual.

Art.36 - A transferência de recursos dependerá de:

I – Autorização expressa na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, conforme o caso;
II – Regularidade jurídica e fiscal do consórcio público beneficiário;
III – Comprovação da necessidade e adequação dos recursos ao objeto pactuado.

Art.37 - A execução dos recursos transferidos deverá observar os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, nos termos da legislação aplicável.

Art.38 - O Município, na qualidade de Ente Consorciado/Conveniado, através do Chefe do Poder executivo, acompanhará e supervisionará as atividades do Consórcio Público, disponibilizando aos interessados as informações necessárias ao cumprimento do Princípio da Transparência.

SEÇÃO VII
Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I
Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art.39 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;
II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

a) Certidão Negativa junto ao INSS;
b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
f) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
h) Plano de aplicação dos recursos solicitados
i) Balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, chanceladas por um profissional contábil com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas - CRC/AL.

§2º - Os repasses de recursos serão efetivados por termos de **colaboração, fomento ou termos afins**, conforme determinam o art. 184 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações e, a exigência do art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Subseção II
Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art.40 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social.

Parágrafo Único – a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

Art.41 - A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica e, ainda, atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§1º – a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§2º - a transferência de recurso dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

a) Certidão Negativa junto ao INSS;
b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
f) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
h) Plano de aplicação dos recursos solicitados.

SEÇÃO VIII
Das Alterações Orçamentárias

Art.42 - As alterações na Lei Orçamentária poderão ser realizadas de acordo com as necessidades de execução, observadas as condições de que tratam este artigo.

I - As alterações que visem à inclusão de autorização para despesa inicialmente não computada na Lei Orçamentária, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão autorizadas pelo Poder Legislativo por intermédio de crédito especial, que será aberto por meio de ato próprio de cada Poder, quer seja decreto para o Poder Executivo ou Resolução do Poder Legislativo;

II - As alterações que visem ao reforço de autorização para despesa inicialmente computada de forma insuficiente na Lei Orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar, em conformidade os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os objetivos das referidas ações na 13 forma do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, que será aberto por meio de decreto do Poder Executivo;

III - As alterações de fonte de recurso, modalidade de aplicação, categoria econômica e grupo de natureza da despesa que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias, inicialmente contempladas na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais, serão feitas mediante Decreto;

IV - As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do Município, desde que não altere o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo;

§1º - A Lei Orçamentária estabelecerá limite percentual sobre o total da despesa fixada para prévia autorização de abertura de crédito suplementar e contratação de operações de crédito, em conformidade com o art. 165, §8º, da Constituição Federal.

§2º - Para abertura de créditos adicionais, além dos recursos indicados no art. 43, §1º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinados à cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os valores resultantes de convênios, contratos ou acordos similares celebrados ou reativados durante o exercício de 2026, bem como de seus saldos financeiros do ano anterior e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária.

Art.43 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2025, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2026, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Art.44 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais deverão vir acompanhados de:

I – Exposições de motivos que os justifiquem;
II – Indicação da fonte de recursos disponível para a suplementação, entendendo como fonte os recursos previstos no §1º, do art. 43, da Lei 4.320/64;
III – memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação do exercício corrente, ou superávit financeiro do exercício anterior, separando recursos livres e vinculados.

SEÇÃO IX
Transposição, Remanejamento e Transferência de Dotações Orçamentárias

Art.45 - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado no orçamento vigente, a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias, até o limite de 40% do valor total das despesas, em conformidade com Inc. VI, do art. 167, da Constituição Federal:

§1º - A **transposição, remanejamento e transferência** são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento.

§2º - Para efeitos desta lei entende-se como **TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO** e **TRANSFERÊNCIA**, conforme **MCASP** e suas **ATUALIZAÇÕES**:

I - Transposição - são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

II - Remanejamento - são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

III -Transferência - são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

SEÇÃO I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art.46 - A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

SEÇÃO II
Das Despesas com Pessoal

Art.47 - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão até o encerramento do exercício de 2026, a tabela de cargos efetivos, empregos públicos e cargos comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

Art.48 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I - Concessão de aumento de remuneração, como forma de revisão geral anual;
II - Criação de cargos, empregos e funções de confiança, observadas as necessidades da Administração Pública;
III - reforma do plano de carreira do magistério público municipal;
IV - Alteração da estrutura de carreiras;
V - Admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;
VI - Designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;
VII - concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
VIII – contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica, e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

§1º – O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;

§2º - Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

§3º - No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada definindo o índice e o mês da revisão, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para os salários, além dos limites das despesas com pessoal previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I do art. 22, todos da Lei Complementar nº 101 de 2000;

§4º - Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os artigos 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando de sua implantação.

Art.49 - No exercício de 2026, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto do art. 57, §6º, inciso II, da Constituição Federal, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – Emergências ou calamidade pública;
II – Situações em que possam estar em risco à segurança de pessoas ou bens;
III – A relação custo-benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível.

Art.50 - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder separadamente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art.51 - Na elaboração da Lei Orçamentária de 2026, na estimativa das receitas e na fixação das despesas, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de projeto de lei que estejam em tramitação na Câmara de Vereadores.

Art.52 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000).

Art.53 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000).

Art.54 - Fica o Executivo autorizado a cancelar os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, não se constituindo como renúncia de receita.

Art.55 - Fica o Executivo Municipal, quando autorizado em lei, aumentar a carga tributária, podendo esse aumento ser considerado no cálculo do orçamento da receita da Lei Orçamentária de 2026.

Art.56 - Os projetos de lei de que trata o artigo anterior deverão ser devidamente justificados pelo Poder Executivo de sua necessidade para oferecimento de serviços públicos ao contribuinte ou para o exercício de seu poder de polícia.

CAPÍTULO VI
DO NÃO-ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art.57 - A limitação de empenho prevista no art. 22 desta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:
a) diárias;
b) realização de serviço extraordinário;
c) aquisição de material de consumo;
d) realização de obras com recursos próprios.

II – No Poder Legislativo:
a) diárias;
b) realização de serviço extraordinário;
c) aquisição de material de consumo;
d) realização de obras com recursos próprios.

§1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§2º - Em não sendo suficiente, ou sendo inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – Das despesas com pessoal e encargos sociais;
II – Das despesas necessárias para o atendimento à saúde;
III – Das despesas necessárias para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
IV – Das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;
V – Das despesas com pagamento de Aposentadorias e Pensões;
VI – Das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;
VII – das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.

§3º - A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

§4º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§5º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, para proposições que atendam às necessidades dela decorrentes, fica dispensada a demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais, sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§6º Para o exercício de 2026, o valor da meta constante do anexo de metas fiscais constante desta Lei será ajustado em função da atualização das estimativas a ser realizada no Projeto de Lei Orçamentária de 2026, e durante a sua execução, nos relatórios a que se refere o **§1º DO ART.22**.

§7º A atualização do valor da meta durante a execução orçamentária nos termos do disposto no **PARÁGRAFO ANTERIOR,** deverá ocorrer por meio do **ATO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**.

CAPÍTULO VII
DA POLÍTICA DE FOMENTO PARA O MUNÍCIPIO

Art.58 - O Poder Executivo poderá, mediante autorização Legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada, desde que resultem em crescimento econômico.

Parágrafo único - A definição das empresas que participarão de cada projeto deverá ser efetuada através de licitação pública.

Art.59 - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, com vistas ao fomento na atividade econômica no município.

Art.60 - O Poder Executivo, mediante prévia autorização legislativa, poderá criar incentivos administrativos e fiscais de modo a fomentar instalação de empresas que estimulem o desenvolvimento de atividades econômicas, turísticas e esportivas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.61 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo, com a União ou Estados, com vistas:

I – Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
II – A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
III – À utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades dos Entes envolvidos;
V – A realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art.62 - Para cumprimento do disposto no § 6º, do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, todos os poderes, órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, deverão se integrar aos sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

Art.63 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for sancionado/promulgado até o primeiro dia de janeiro de 2026, a programação constante do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, encaminhado pelo Poder Executivo, poderá ser executado em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos), do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

§1º - O disposto no caput deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

§2º - Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento

Art.64 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MANOEL COSTA TENÓRIO
PREFEITO

PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

MACRO OBJETIVO: ASSEGURAR RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA.

OBJETIVO: GARANTIR RECURSOS PARA HONRAR COMPROMISSOS COM PARCELAMENTOS DE DÉBITOS FIRMADOS PELO MUNICÍPIO.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
0005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	DÍVIDA AMORTIZADA / EXERCÍCIO	O	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	858.696,00
			TOTAL FÍSICA	**1,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**858.696,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA

MACRO OBJETIVO: AUMENTO DA EFICÁCIA DA GESTÃO PÚBLICA.

OBJETIVO: DISPOR PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO ANUAL DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.089.229,00
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	259.908,00
2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E REC.HUMANOS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	4.983.524,00
2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.593.902,00
2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	234.918,00
2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	514.850,00
2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	7.927.615,00
2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN.DE AGRIC.,MEIO AMBIENTE,TURISMO E DES. ECONÔMICO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.602.802,00
2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	270.000,00
6001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	93.000,00
6008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	170.000,00
			TOTAL FÍSICA	**11,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**20.739.748,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0002 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

MACRO OBJETIVO: PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE EXCELÊNCIA, QUE ASSEGURE O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO INDIVÍDUO, A FORMAÇÃO CIDADÃ E A PREPARAÇÃO PARA OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

OBJETIVO: AMPLIAR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA ESCOLA E MELHORAR OS INDICADORES DE EDUCAÇÃO EM TODAS AS ETAPAS.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1002 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.881.250,00
1003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	210.000,00
1005 - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE ADQUIRIDA / UNIDADE	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	100.000,00
1007 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E/OU ESPAÇOS ESPORTIVOS ESCOLARES	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	500.000,00
1016 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	700.000,00
1034 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CRECHES	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.215.000,00
1036 - CONSTR., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES - EDUCAÇÃO INFANTIL	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.765.987,00
1041 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE ESCOLAR	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	350.000,00
2013 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	5.000,00
2014 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.354.416,00
2015 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE INFANTIL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	69.343,00
2016 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	67.717,00
2017 - QUOTA MUNICIPAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.284.802,00
2019 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO INFANTIL - CRECHE - 70%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.491.154,00
2020 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL - 70%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	23.978.057,00
2022 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.386.582,00
2024 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA - 30%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	262.809,00
2025 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 30%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	36.075,00
2026 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE - 30%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.691.179,00
2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	6.243.986,00
2028 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO INFANTIL-PRÉ_ESCOLA - 70%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.855.550,00
2029 - MANUTENÇÃO DO CONSELHOS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO, CACS/FUNDEB E CAE)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	22.829,00

PRIORIDADES E METAS

2030 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - JOVENS E ADULTOS - 70%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	797.149,00
2031 - INCENTIVO AO ACESSO E PERMANÊNCIA AOS ALUNOS DO EJA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	214.180,00
2041 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO ESPECIAL - 70%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	344.800,00
2042 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- 30 %	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	99.605,00
2043 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	200.000,00
2044 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES - ENSINO INFANTIL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	200.000,00
2045 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES - ENSINO EJA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
2047 - GESTÃO INTEGRADA DE TRANSPORTE ESCOLAR - GEITE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	656.019,00
2048 - PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - FNDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	13.650,00
2070 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	0,00
			FINANCEIRA R$	40.000,00
2071 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI	PROGRAMA MANTIDO / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	0,00
			FINANCEIRA R$	331.000,00
2074 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	120.000,00
			TOTAL FÍSICA	**32,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**56.558.139,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0003 - APRIMORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SUAS

MACRO OBJETIVO: RESTRUTURAR A REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS E DEMAIS ÓRGÃOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOVER O INCENTIVO AO TRABALHO DIGNO E AO ACESSO A RENDA, COLABORANDO COM A MINIMIZAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

OBJETIVO: VIABILIZAR ADEQUAÇÕES - INFRAESTRUTURA, RECURSOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS ETC. - QUE COLABOREM PARA A EXECUÇÃO QUALIFICADA DOS PROGRAMAS, PROJETOS,SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
6002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.974.437,00
6009 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA QUEBRANGULO SOLIDÁRIO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	120.000,00
6021 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
6022 - MANUTENÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	45.000,00
6023 - PROMOÇÃO DE CURSOS DE EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	100.000,00
6024 - IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DO JOVEM APRENDIZ	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	3,00
			FINANCEIRA R$	63.550,00
6027 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	139.847,00
6028 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – IGD-SUAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	14.450,00
6030 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	20.000,00
6031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DOS DIR. DA CRIAN. E DO ADOLESCENTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	206.131,00
6033 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	661.225,00
6034 - SUBVENÇÕES À PASTORAL DA CRIANÇA E DEMAIS ENTIDADES	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	42.400,00
6035 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	173.107,00
6039 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	54.600,00
6054 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB/SCFV (FEDERAL / ESTADUAL)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	188.381,00
6055 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	355.245,00
6063 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSITÊNCIA SOCIAL)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	17.276,00
6071 - PROCADSUAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	12.600,00
			TOTAL FÍSICA	**20,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**4.488.249,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0004 - INFRAESTRUTURA PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: GARANTIR A QUALIDADE DE VIDA E O BEM-ESTAR DE UMA POPULAÇÃO.

OBJETIVO: VIABILIZAR ESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS BÁSICOS QUE PERMITAM O FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE E DA ECONOMIA, VIABILIZANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO E MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1004 - PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.500.000,00
1010 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE POÇOS ARTESIANOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	60.000,00
1017 - AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	100.000,00
1018 - AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DO CEMITÉRIO PÚBLICO	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	80.000,00
1019 - PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E/OU EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	4.000.000,00
1020 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	600.000,00
1021 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	UNIDADES ADQUIRIDAS / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	100.000,00
1022 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1026 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PASSAGENS MOLHADAS E BUEIROS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	150.000,00
1027 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	80.000,00
1028 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA JUVENTUDE	INFRAESTRUTURA REALIZADA / UNIDADE	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	5.000.000,00
1030 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1031 - CONSTRUÇÃO E/ OU REFORMA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	800.000,00
1048 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	4.000.000,00
1065 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	500.000,00
1066 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO INDUSTRIAL	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.000.000,00
2011 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.012.857,00
2052 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	214.658,00
			TOTAL FÍSICA	**18,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**21.797.515,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0005 - AGRICULTURA COMPARTILHADA

MACRO OBJETIVO: DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FOMENTEM A GRICULTURA DE FORMA SUSTENTÁVEL, VISANDO A MELHORIA DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO.

OBJETIVO: PROPORCIONAR A POPULAÇAO RURAL, AÇÕES QUE VENHAM CRIAR CONDIÇÕES DE SUA PERMANÊNCIA NO CAMPO COM ASSIS.TÉCNICA VIABILIZANDO SUA SOBREVIVÊNCIA COM NOVOS CONHECIMENTOS, ACESSO AO CRÉDITO E POL.PÚBLICAS VOLTADAS AO EMPREENDEDORISMO.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1006 - MODERNIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1009 - CONSTRUÇÃO DE TANQUE DE PISCICULTURA	INFRAESTRUTURA REALIZADA / UNIDADES	P	FÍSICA	20,00
			FINANCEIRA R$	400.000,00
1012 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE MERCADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	0,00
			FINANCEIRA R$	2.000.000,00
1013 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
1014 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES E BARREIROS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	80.000,00
1029 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE MATADORO PÚBLICO	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1032 - CONSTRUÇÃO DE POCILGA COMUNITÁRIA	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	60.000,00
1033 - CONSTRUÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DE GADO	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	250.000,00
2008 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO AGRICULTOR FAMILIAR	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
2012 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CARCINICULTURA, OLERICULTURA, APICULTURA, SUINOCULTURA BOVINOCULTURA, AVICULTURA E DEMAIS)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
			TOTAL FÍSICA	**28,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**3.580.000,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0006 - DESENVOLVENDO O TURISMO

MACRO OBJETIVO: PROPOCIONAR MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS, ESTIMULANDO A POPULAÇÃO E TURISTAS A USUFRUIR DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS DO NOSSO MUNICÍPIO.

OBJETIVO: DESENVOLVER FLUXO TURÍSTICO, O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS TURÍSTICOS DE QUALIDADE, A INCLUSÃO SOCIAL, O FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA E A ADESÃO A PRÁTICAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1067 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.000.000,00
2009 - APOIO AO PEQUENO E MÉDIO EMPREENDEDOR	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
2010 - IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
2049 - FOMENTO AO TURISMO (CURSOS, PALESTRAS, ETC).	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
			TOTAL FÍSICA	**4,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**1.150.000,00**

PROGRAMA: 0007 - ESPORTE PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E DE HABILIDADES PESSOAIS, ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS E JOVENS.

OBJETIVO: INCENTIVAR A PRÁTICA DE ESPORTE, COMO UM MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL, O COMBATE A DOENÇAS E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1008 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CAMPOS DE FUTEBOL	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1072 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE GINÁSIOS POLIESPORTIVOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	0,00
			FINANCEIRA R$	400.000,00
1074 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS A PRÁTICAS ESPORTIVAS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1075 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
2075 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DESPORTIVAS COMUNITÁRIAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	60.000,00
2076 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	35.000,00
			TOTAL FÍSICA	**5,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**1.395.000,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0008 - CULTURA PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: PROPOCIONAR MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS, ESTIMULANDO A POPULAÇÃO A USUFRUIR DOS ESPAÇOS CULTURAIS.

OBJETIVO: PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL, ENRIQUECENDO O PANORAMA GLOBAL E O RESPEITO AOS VALORES DE OUTROS POVOS E NAÇÕES.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
1011 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS, TEATRO E MUSEU MUNICIPAL	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	250.000,00
1023 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA CASA GRACILIANO RAMOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
1024 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS, ACERVOS (FÍSICOS E DIGITAIS) E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL GRACILIANO RAMOS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
1035 - RECONSTRUÇÃO DA CASA RESIDENCIAL DO BARÃO DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS(PAULO JACINTO TENÓRIO)	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	400.000,00
1037 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DO CAFÉ, DO ALGODÃO E DA RAPADURA DO NOSSO MUNICÍPIO	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
1043 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO PARA SEDE DA ESCOLA DE MÚSICA	UNIDADE ADQUIRIDA / UNIDADE	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	80.000,00
1045 - CONSTRUÇÃO DE OBELISCO EM HOMENAGEM À GRACILIANO RAMOS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.050.000,00
1073 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA REESTRUTURAÇÃO DA SEDE DO TEATRO MUNICIPAL	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
2033 - APOIO ÀS ATIVIDADES CÍVICAS, CULTURAIS E TRADICIONAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.581.626,00
2034 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	38.876,00
2036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE RESGATE DE BENS IMATERIAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	36.000,00
2037 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	40.000,00
2038 - AÇÕES DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS (GRUPOS FOLCLÓRICOS E DEMAIS)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	70.000,00
2039 - FOMENTO À CULTURA (POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
2040 - MANUTENÇÃO DA BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	60.000,00
2101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CASA GRACILIANO RAMOS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	0,00
			FINANCEIRA R$	450.000,00
			TOTAL FÍSICA	**15,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**4.846.502,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0009 - SEGURIDADE SOCIAL COM RESPONSABILIDADE

MACRO OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES ADMINISTRATIVAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE E NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO.

OBJETIVO: GARANTIR A SEGURANÇA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DE SEUS DEPENDENTES, PROMOVENDO O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE FORMA SUSTENTÁVEL, EQUITATIVA E TRANSPARENTE, POR MEIO DE UMA GESTÃO EFICIENTE E ALINHADA ÀS NORMA.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
6010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE PREVIDÊNCIA DOS SERV.PÚBLICOS DE QUEBRANGULO - FMPQ	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	437.865,00
6011 - MANUTENÇÃO DOS PAGAMENTOS AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO FUNDO MUN.DE PREVIDÊNCIA DOS SERV.PÚBLICOS DE QUEBRANGULO - FMPQ	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	7.625.457,00
			TOTAL FÍSICA	**2,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**8.063.322,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0010 - MEIO AMBIENTE LIMPO

MACRO OBJETIVO: GARANTIR QUALIDADE DE VIDA PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES, POR MEIO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

OBJETIVO: PROMOVER O DES.SUSTENTÁVEL POR MEIO DA CONSERVAÇÃO DOS REC.NATURAIS,DA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA CONST.DE UMA CULTURA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL,ASSEGURANDO QUALIDADE DE VIDA PARA TODAS GERAÇÕES.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
2018 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INCENTIVAR ATIVIDADES NAS ESCOLAS (ENSINO INFANTIL AO MÉDIO)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	30.000,00
2035 - REFLORESTAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	106.500,00
2046 - APOIO ÀS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	40.000,00
2073 - MANUTENÇÃO\ATIVAÇÃO DE SEMENTEIRA MUNICIPAL PARA PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS, FRUTÍFERAS E ORNAMENTAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
			TOTAL FÍSICA	**4,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**226.500,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0011 - SAÚDE COM QUALIDADE E ACESSO PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: PROMOVER O CUIDADO INTEGRAL E EQUITATIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO DE QUEBRANGULO

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E FORTALECIMENTO DA REDE ASSISTENCIAL

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
5001 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚB.DE SAÚDE (AT.ESPECIALIZADA) - AQ.DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	300.000,00
5002 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚB.DE SAÚDE (AT.ESPECIALIZADA) - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE PARTO NORMAL - CPN	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	500.000,00
5007 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚB.DE SAÚDE (AT.PRIMÁRIA) - CONST/AMPL/REFORMA DE UBS	INFRAESTRUTURA REALIZADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.600.000,00
5008 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚB.DE SAÚDE (ATENÇÃO PRIMÁRIA) - AQ.DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	450.000,00
5009 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚB.DE SAÚDE (VIG.EM SAÚDE) - AQ.DE EQUIPAMENTOS	REDE ESTRUTURADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	80.000,00
6003 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE - (ATENÇÃO PRIMÁRIA)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	4.617.690,00
6004 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE (ATENÇÃO PRIMÁRIA) - PROFISSIONAIS PSF	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.252.258,00
6005 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE - (ATENÇÃO ESPECIALIZADA)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	5.264.590,00
6006 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE (ATENÇÃO PRIMÁRIA) - PROFISSIONAIS PACS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.176.786,00
6007 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE (ATENÇÃO PRIMÁRIA) - SAÚDE BUCAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.336.881,00
6012 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	2.857.417,00
6013 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE (GESTÃO DO SUS) - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SUS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	50.000,00
6014 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE - (ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	441.483,00
6019 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE - (VIGILÂNCIA SANITÁRIA)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	720.021,00
6044 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	67.906,00
6052 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PUB.DE SAÚDE - (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	1.384.226,00
			TOTAL FÍSICA	**16,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**26.099.258,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 0012 - O PODER LEGISLATIVO COM O POVO

MACRO OBJETIVO: CUMPRIR COM QUALIDADE AS FUNÇÕES LEGISLATIVA, REPRESENTATIVA E FISCALIZADORA.

OBJETIVO: ASSEGURAR O ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVASDESENVOLVIDAS, VISANDO A AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	3.604.496,00
			TOTAL FÍSICA	**1,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**3.604.496,00**

PRIORIDADES E METAS

PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

MACRO OBJETIVO: CONTIGÊNCIAR A RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO.

OBJETIVO: CONTIGENCIAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL.

AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	TIPO	META	VALOR
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	RESERVA CONTIGENCIADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	662.866,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA CONTIGENCIADA / EXERCÍCIO	P	FÍSICA	1,00
			FINANCEIRA R$	180.835,00
			TOTAL FÍSICA	**2,00**
			TOTAL FINANCEIRA R$	**843.701,00**
			TOTAL GERAL FÍSICA	**159,00**
			TOTAL GERAL FINANCEIRA R$	**154.251.126,00**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA 2026/2028
ANEXO II

Conforme art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000

R$ 1

NOMENCLATURA			PREVISTA	ESTIMADA		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES	**84.024.337**	**98.370.594**	**110.463.382**	**113.541.221**	**118.650.576**	**123.989.852**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**1.632.237**	**3.661.372**	**4.410.644**	**4.364.663**	**4.561.073**	**4.766.322**
IPTU	201.937	29.256	291.194	304.299	317.992	332.302
IRRF	833.381	2.326.643	2.200.000	2.536.041	2.650.163	2.769.420
ITBI	63.000	128.881	110.000	140.481	146.803	153.409
ISS	282.857	1.060.843	1.689.450	1.156.319	1.208.353	1.262.729
Taxas	183.750	104.368	120.000	113.761	118.880	124.230
Outros Impostos - Dívida Ativa	67.312	11.382	-	113.763	118.882	124.232
Receita de Contribuições	**3.154.693**	**3.444.532**	**3.621.883**	**3.754.540**	**3.923.494**	**4.100.051**
Cont. Previdência - Servidor	2.382.693	2.423.562	2.576.883	2.641.683	2.760.559	2.884.784
Cont. Previdência - Patronal				-	-	-
CIP	772.000	1.020.970	1.045.000	1.112.857	1.162.935	1.215.268
Receita Patrimonial	**10.850.249**	**2.175.131**	**1.526.746**	**795.450**	**831.245**	**868.651**
Remuneração de Depósitos Vinculados	78.750	1.972.471	1.032.263	278.715	291.257	304.364
Remuneração de Depósitos Não-Vinculados				-	-	-
Remuneração dos Recursos do RPPS	26.250	202.660	494.483	516.735	539.988	564.287
Outras Receitas Patrimoniais	10.745.249			-	-	-
Receita de Serviços	**1.743.000**	**186.949**	**-**	**437.865**	**457.569**	**478.160**
SAAE	-			-	-	-
Outros Serviços	1.743.000	186.949		437.865	457.569	478.160
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**65.777.908**	**88.634.152**	**100.904.109**	**103.948.703**	**108.626.394**	**113.514.582**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**18.291.662**	**27.329.320**	**31.643.382**	**29.534.438**	**30.863.488**	**32.252.345**
Cota Parte do FPM	14.773.501	23.882.198	26.669.000	26.031.596	27.203.018	28.427.154
Cota Extraordinárias do FPM	1.537.026	2.442.023	3.324.408	2.661.805	2.781.586	2.906.757
Cota Extraordinárias do FPM				-	-	-
ITR	16.527	25.662	90.000	27.972	29.230	30.546
LC 87/96				-	-	-
Outras Transferências da União	1.738.500	508.735	830.974	300.000	313.500	327.608
Cota-Parte Recursos Hídricos				-	-	-
Cota-Parte Recurso Mineral				-	-	-
Cota-Parte Royalties				-	-	-
FEX				-	-	-
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	226.108	470.702	729.000	513.065	536.153	560.280

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA 2026/2028
ANEXO II

Conforme art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000

R$ 1

NOMENCLATURA			PREVISTA	ESTIMADA		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Transferências do SUS	**8.988.525**	**14.505.186**	**13.961.085**	**14.876.364**	**15.545.800**	**16.245.361**
Transferências FNAS	**840.871**	**427.341**	**1.304.620**	**730.956**	**763.849**	**798.222**
Transferências do FNDE	**1.088.144**	**2.997.442**	**7.871.650**	**3.513.928**	**3.672.055**	**3.837.297**
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS	**13.289.337**	**19.432.740**	**20.064.953**	**21.174.675**	**22.127.535**	**23.123.274**
Cota-Parte do ICMS	13.000.000	18.836.544	19.135.000	20.531.833	21.455.765	22.421.275
Cota-Parte do IPVA	217.589	489.050	714.957	533.064	557.052	582.120
Cota-Parte do IPI	15.258	14.939	21.605	16.283	17.016	17.782
CIDE	26.347	16.340	12.000	17.811	18.613	19.450
Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. pela Prod. Petróleo	30.143	69.434	181.391	75.683	79.089	82.648
Outras Transferências dos Estados		6.433		-	-	-
Transferências para Saúde	**442.102**	**3.550**	**520.719**	**167.875**	**175.429**	**183.324**
SESAU	442.102	3.550	520.719	167.875	175.429	183.324
Transferências Multigovernamentais	**27.940.750**	**31.848.647**	**32.862.000**	**42.722.597**	**44.645.114**	**46.654.144**
Recursos do FUNDEB	17.280.000	20.709.576	21.117.000	23.568.905	24.629.506	25.737.833
Complementação FUNDEB	10.660.750	11.139.071	11.745.000	19.153.692	20.015.608	20.916.311
Transferências de Convênios da União		**160.378**	**840.000**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Convênios dos Estados	**232.220**	**601.853**	**1.166.812**	**656.020**	**685.541**	**716.390**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**866.250**	**268.458**	**-**	**240.000**	**250.800**	**262.086**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		148.709		240.000	250.800	262.086
Outras Receitas - Financeiras - Principal	866.250	119.749		-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**12.585.500**	**3.542.248**	**13.687.500**	**35.580.000**	**37.181.100**	**38.854.250**
Operações de Crédito		2.443.618	3.250.000	-	-	-
Amortização de Emprestimos				-	-	-
Alienação de Bens		304.630		-	-	-
Transferências de Capital	12.585.500	794.000	10.437.500	35.580.000	37.181.100	38.854.250
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**5.335.703**	**8.672.305**	**9.331.112**	**9.428.150**	**9.852.416**	**10.295.775**
Dedução FPM - FUNDEB	2.685.829	4.774.225	5.338.800	5.206.319	5.440.604	5.685.431
Dedução ITR - FUNDEB	3.305	5.132	18.000	5.594	5.846	6.109
Dedução LC 87/96 - FUNDEB	-	-	-	-	-	-
Dedução ICMS - FUNDEB	2.600.000	3.767.309	3.827.000	4.106.367	4.291.153	4.484.255
Dedução IPVA - FUNDEB	43.518	122.262	142.991	106.613	111.410	116.424
Dedução IPI - FUNDEB	3.051	3.377	4.321	3.257	3.403	3.556

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA 2026/2028
ANEXO II

Conforme art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000

R$ 1

NOMENCLATURA			PREVISTA	ESTIMADA		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITA CORRENTE + CAPITAL	**96.609.837**	**101.912.842**	**124.150.882**	**149.121.221**	**155.831.676**	**162.844.101**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**4.338.312**	**4.472.442**	**4.909.000**	**5.129.905**	**5.360.751**	**5.601.985**
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	3.943.479	4.448.720	4.909.000	5.129.905	5.360.751	5.601.985
Contrib. Patronal do Serv. A. Civil - Exercício Anterior	-			-	-	-
Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento	394.833	23.722		-	-	-
RECEITA TOTAL	**100.948.149**	**106.385.284**	**129.059.882**	**154.251.126**	**161.192.427**	**168.446.086**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO
ANEXO III

Conforme art. 4º, § 1º da LRF R$ 1

RECEITAS PRIMARIÁS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**83.998.087**	**95.744.372**	**107.392.016**	**109.944.938**	**114.892.460**	**120.062.621**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.632.237	3.661.372	4.410.644	4.364.663	4.561.073	4.766.322
Receita de Contribuição	3.154.693	1.020.970	1.045.000	1.112.857	1.162.935	1.215.268
Receita Patrimonial	10.823.999	1.972.471	1.032.263	278.715	291.257	304.364
Aplicações Financeiras (II)	**78.750**	**1.972.471**	**1.032.263**	**278.715**	**291.257**	**304.364**
Outras Receita Patrimoniais	10.745.249	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	65.777.908	88.753.901	100.904.109	103.948.703	108.626.394	113.514.582
Demais Receitas Correntes	2.609.250	335.658	-	240.000	250.800	262.086
Outras Receitas Financeiras (III)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Correntes Restantes	2.609.250	335.658	-	240.000	250.800	262.086
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**83.919.337**	**93.771.901**	**106.359.753**	**109.666.223**	**114.601.203**	**119.758.257**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**6.721.005**	**6.896.004**	**7.485.883**	**8.209.453**	**8.578.878**	**8.964.928**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**26.250**	**202.660**	**-**	**516.735**	**539.988**	**564.287**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**12.585.500**	**3.542.248**	**-**	**35.580.000**	**37.181.100**	**38.854.250**
Operações de Crédito (VIII)	-	2.443.618	3.250.000	-	-	-
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-	-	-	-	-
Receita de Alienação de Investiments (X) e (XI)	-	-	-	-	-	-
Outras alienações de Bens	-	304.630				
Transferências de Capital	12.585.500	794.000	10.437.500	35.580.000	37.181.100	38.854.250
Outras Receitas Capital	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)						
Outras Receitas de Capital Primárias						
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**12.585.500**	**1.098.630**	**10.437.500**	**35.580.000**	**37.181.100**	**38.854.250**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**103.225.842**	**101.766.536**	**124.283.136**	**153.455.676**	**160.361.182**	**167.577.435**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**96.504.837**	**94.870.532**	**116.797.253**	**145.246.223**	**151.782.303**	**158.612.507**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO
ANEXO III - CONTINUAÇÃO

Conforme art. 4º, § 1º da LRF

DESPESAS PRIMÁRIAS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**64.457.426**	**95.931.988**	**69.249.199**	**96.443.337**	**100.783.287**	**105.318.535**
Pessoal e Encargos Sociais	42.653.009	46.361.579	57.990.566	50.534.121	52.808.157	55.184.524
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	15.750	187.956	15.750	205.492	214.740	224.403
Outras Despesas Correntes	21.788.667	49.382.453	11.242.883	45.703.723	47.760.391	49.909.608
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**64.441.676**	**95.744.032**	**69.233.449**	**96.237.845**	**100.568.548**	**105.094.132**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)		**8.124.941**	**8.490.563**	**8.695.849**	**9.087.162**	**9.496.085**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	**-**		**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**35.519.473**	**12.447.378**	**40.005.924**	**38.114.304**	**39.829.448**	**41.621.773**
Investimentos	32.025.223	11.820.721	37.825.772	37.181.100	38.854.250	40.602.691
Inversões Financeiras	2.590.000	600.000	930.000	280.000	292.600	305.767
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-			-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)				-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)				-	-	-
Demais Inversões Financeiras	2.590.000	600.000	930.000	280.000	292.600	305.767
Amortização da Dívida (XXVII)	904.250	26.657	1.250.152	653.204	682.599	713.316
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXC.FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**34.615.223**	**12.420.721**	**38.755.772**	**37.461.100**	**39.146.850**	**40.908.458**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**971.250**		**1.043.701**	**180.835**	**188.973**	**197.476**
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)		**-**	**-**	**30.339**	**31.704**	**33.131**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)			**-**	**-**		**-**
RESTOS A PAGAR (XXXII)	**-**	**9.828.224**	**10.270.494**	**10.786.461**	**11.271.852**	**11.779.086**
Processados Pagos	-	982.716	1.026.938	1.078.529	1.127.063	1.177.781
Não Processados Pagos	-	8.845.509	9.243.557	9.707.933	10.144.790	10.601.305
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXIII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**100.028.149**	**126.117.918**	**127.793.980**	**153.392.429**	**160.295.088**	**167.508.367**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIV) = (XX + XXVIII + XXIX)	**100.028.149**	**117.992.977**	**119.303.416**	**144.666.241**	**151.176.222**	**157.979.152**
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = XVI - XXXIII	**3.197.693**	**-24.351.382**	**-3.510.844**	**63.247**	**66.093**	**69.067**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVI) = XVII - XXXIV	**-3.523.312**	**-23.122.445**	**-2.506.164**	**579.982**	**606.081**	**633.355**

FONTE: RREO 2023/2024 e Anexos Fiscais LDO 2025

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
META FISCAL - RESULTADO NOMINAL
ANEXO IV

Conforme art. 4º, § 1º da LRF R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	2023 (b)	2024 (c)	2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)	2028 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	**2.674.075**	**2.645.778**	**1.554.373**	**994.431**	**371.498**	**(319.527)**
DEDUÇÕES (II)	**20.135.294**	**3.145.390**	**3.286.932**	**3.434.844**	**3.589.412**	**3.750.936**
Disponibilidade de Caixa	**20.031.199**	**3.172.724**	**3.315.497**	**3.464.694**	**3.620.606**	**3.783.533**
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.457.260	3.398.165	3.551.083	3.710.881	3.877.871	4.052.375
(-) Restos a Pagar (II)	1.313.376	225.441	235.586	246.187	257.265	268.842
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.112.685	98.776	103.220	107.865	112.719	117.792
Demais Haveres Financeiros	104.095	71.441	74.656	78.015	81.526	85.194
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	**(17.461.219)**	**(499.611)**	**(1.732.559)**	**(2.440.413)**	**(3.217.914)**	**(4.070.463)**

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS)	(a-b*)	(b-c)	(c-d)	(d-e)	(e-f)	(f-g)
	(18.655.810)	**(16.961.608)**	**1.232.948**	**707.854**	**777.501**	**852.549**

Nota:

*Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário de 2023

(1) A Dívida Consolidada foi reajustada anualmente por uma Taxa de Juros de 6%.

(2) A Dívida Consolidada Líquida em 2022 foi **R$** **(36.117.029)**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	154.251.126	147.608.733	0,16%	95,69%	161.192.427	147.608.733	0,17%	100,00%	168.446.086	147.608.733	0,17%	100,00%
Receitas Primárias (I)	145.246.223	138.991.601	0,15%	90,11%	151.782.303	138.991.601	0,16%	94,16%	158.612.507	138.991.601	0,16%	94,16%
Receitas Primárias Correntes	109.666.223	104.943.754	0,12%	68,03%	114.601.203	104.943.754	0,12%	71,10%	119.758.257	104.943.754	0,12%	71,10%
Receitas Primárias de Capital	35.580.000	34.047.847	0,04%	22,07%	37.181.100	34.047.847	0,04%	23,07%	38.854.250	34.047.847	0,04%	23,07%
Despesa Total	154.251.126	147.608.733	0,16%	95,69%	161.192.427	147.608.733	0,17%	100,00%	168.446.086	147.608.733	0,17%	100,00%
Despesa Primária (II)	144.666.241	138.436.594	0,15%	89,75%	151.176.222	138.436.594	0,16%	93,79%	157.979.152	138.436.594	0,16%	93,79%
Despesas Primárias Correntes	96.237.845	92.093.631	0,10%	59,70%	100.568.548	92.093.631	0,10%	62,39%	105.094.132	92.093.631	0,10%	62,39%
Despesas Primárias de Capital	37.461.100	35.847.943	0,04%	23,24%	39.146.850	35.847.943	0,04%	24,29%	40.908.458	35.847.943	0,04%	24,29%
Pag.de Restos a Pagar de Desp.Primárias	10.786.461	10.321.973	0,01%	6,69%	11.271.852	10.321.973	0,01%	6,99%	11.779.086	10.321.973	0,01%	6,99%
Res.Primário (S/RPPS)Acima da Linha(III)=(I-II)	579.982	555.007	0,00%	0,36%	606.081	555.007	0,00%	0,38%	633.355	555.007	0,00%	0,38%
Dívida Pública Consolidada (DPC)	994.431	951.609	0,00%	0,62%	371.498	340.192	0,00%	0,23%	(319.527)	(280.001)	0,00%	-0,19%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(2.440.413)	(2.335.323)	0,00%	-1,51%	(3.217.914)	(2.946.740)	0,00%	-2,00%	(4.070.463)	(3.566.933)	0,00%	-2,42%
Res. Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	707.854	677.372	0,00%	0,44%	777.501	711.981	0,00%	0,48%	852.549	747.086	0,00%	0,51%

Nota:

(1) O Município não possui PPP.

(2) O cálculo das metas foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB real (crescimento % anual)	2,61%	2,73%	2,85%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
Projeção do PIB do Estado - R$ 1	94.869.738.283	97.457.262.960	100.234.975.494
Receita Corrente Líquida - RCL - R$ 1	154.251.126	161.192.427	168.446.086
Taxa de Juros Aplicada Sobre a Dívida Consolidada do Município	6,00%	6,00%	6,00%

Fonte:

(1) O PIB Estadual foi disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN através do site www.seplan.al.gov.br.

(2) A taxa de juro aplicada à Dívida Consolidada corresponde à taxa habitualmente utilizada nos contratos de parcelamentos.

(3) As Metas de Inflação com intervalo de tolerância emitidas pelo Banco Central do Brasil.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO			REALIZADO			Variação	
	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	108.284.353	0,13%	123,11%	106.385.284	0,13%	120,95%	(1.899.069)	-1,75%
Receitas Primárias (I)	97.455.359	0,11%	110,80%	94.870.532	0,11%	107,86%	(2.584.827)	-2,65%
Despesa Total	108.284.353	0,13%	123,11%	108.379.366	0,13%	123,22%	95.013	0,09%
Despesas Primárias (II)	97.323.353	0,11%	110,65%	117.992.977	0,14%	134,15%	20.669.624	21,24%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	132.006	0,00%	0,15%	(23.122.445)	-0,03%	-26,29%	(23.254.451)	-17616,21%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.840.625	0,00%	2,09%	2.645.778	0,00%	3,01%	805.153	43,74%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(37.159.375)	-0,04%	-42,25%	(499.611)	0,00%	-0,57%	36.659.764	-98,66%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	630.848	0,00%	0,72%	(16.961.608)	-0,02%	-19,28%	(17.592.456)	-2788,70%

VARIÁVEIS	2024
Projeção do PIB do Estado - R$ 1	84.822.587.604
Receita Corrente Líquida - RCL - R$ 1	87.958.760

Fonte:

(1) RREO Anexo VI do 6º Bimestre de 2024.

(2) O PIB Estadual foi disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN através do site www.seplan.al.gov.br.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	96.256.837	108.284.353	12,50%	129.059.882	19,19%	154.251.126	19,52%	161.192.427	4,50%	168.446.086	4,50%
Receitas Primárias (I)	96.151.837	97.455.359	1,36%	116.797.253	19,85%	145.246.223	24,36%	151.782.303	4,50%	158.612.507	4,50%
Despesa Total	96.256.837	108.284.353	12,50%	129.059.882	19,19%	154.251.126	19,52%	161.192.427	4,50%	168.446.086	4,50%
Despesas Primárias (II)	95.989.999	97.323.353	1,39%	119.303.416	22,58%	144.666.241	21,26%	151.176.222	4,50%	157.979.152	4,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	161.838	132.006	-18,43%	(2.506.164)	-1998,52%	579.982	-123,14%	606.081	4,50%	633.355	4,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.750.000	1.840.625	5,18%	1.554.373	-15,55%	994.431	-36,02%	371.498	-62,64%	(319.527)	-186,01%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(650.000)	(37.159.375)	5616,83%	(1.732.559)	-95,34%	(2.440.413)	40,86%	(3.217.914)	31,86%	(4.070.463)	26,49%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(1.673.193)	630.848	-137,70%	1.232.948	95,44%	707.854	-42,59%	777.501	9,84%	852.549	9,65%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	105.446.814	113.157.149	7,31%	129.059.882	14,05%	147.608.733	14,37%	147.608.733	0,00%	147.608.733	0,00%
Receitas Primárias (I)	105.331.789	101.840.850	-3,31%	116.797.253	14,69%	138.991.601	19,00%	138.991.601	0,00%	138.991.601	0,00%
Despesa Total	105.446.814	113.157.149	7,31%	129.059.882	14,05%	147.608.733	14,37%	147.608.733	0,00%	147.608.733	0,00%
Despesas Primárias (II)	105.154.500	101.702.904	-3,28%	119.303.416	17,31%	138.436.594	16,04%	138.436.594	0,00%	138.436.594	0,00%
Result.Primário(S/RPPS) - Ac.da Linha (III) = (I – II)	177.289	137.946	-22,19%	(2.506.164)	-1916,77%	555.007	-122,15%	555.007	0,00%	555.007	0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.917.079	1.923.453	0,33%	1.554.373	-19,19%	951.609	-38,78%	340.192	-64,25%	(280.001)	-182,31%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(712.058)	(38.831.547)	5353,43%	(1.732.559)	-95,54%	(2.335.323)	34,79%	(2.946.740)	26,18%	(3.566.933)	21,05%
Result.Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(1.832.939)	659.236	-135,97%	1.232.948	87,03%	677.372	-45,06%	711.981	5,11%	747.086	4,93%

VARIÁVEIS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,62%	4,83%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%

Fonte:

(1) Anexo III - Meta Fiscal - Resultado Primário e Anexo IV - Meta Fiscal - Resultado Nominal.

(2) Índices de inflação utilizados com base no IPCA medidos pelo IBGE, sendo que 2025 a 2028 correspondem às metas estabelecidas pelo Banco Central mais a margem de tolerância.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R$ 1

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	531.507	100,00%	12.469.039	100,00%	34.459.363	100,00%
TOTAL	**531.507**	**100,00%**	**12.469.039**	**100,00%**	**34.459.363**	**100,00%**

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(71.752.739)	100,00%	(59.511.783)	100,00%	(43.307.361)	100%
TOTAL	**(71.752.739)**	**100,00%**	**(59.511.783)**	**100,00%**	**(43.307.361)**	**100,00%**

Fonte:

(1) Balanços Gerais dos Exercícios Financeiros apurados

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**304.630**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	304.630	-	
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**-**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**-**	**-**	**-**
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	304.630	-	-

Fonte:

(1) Anexo XI do RREO, que acompanham os Balanços Gerais dos Exercícios apurados.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
RECEITAS CORRENTES (I)	**7.289.778**	**-**	**4.867.544**
Receita de Contribuições dos Segurados	**2.261.257**	**-**	**2.423.562**
Ativo	2.261.257		2.423.562
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	**4.766.735**	**-**	**2.241.321**
Civil	4.766.735	-	2.241.321
Ativo	4.766.735		2.241.321
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	254.916	-	202.660
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	254.916		202.660
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	6.870	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS **(II)**			
Demais Receitas Correntes	6.870	-	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**7.289.778**	**-**	**4.867.544**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2022**	**2023**	**2024**
Benefícios	**6.254.711**	**-**	**7.753.332**
Aposentadorias	5.008.242	-	6.423.102
Pensões por Morte	1.246.469	-	1.330.229
Outras Despesas Previdenciárias	**-**	**-**	**23.987**
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias	-		23.987

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	1.035.067	-	(2.909.775)

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	-	-	866.250

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Corbertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	2.686.926	2.497.036	1.477.505
Outros Bens e Direitos	-	84.915	50.145

Fonte:

(1) Balanço Geral (ANEXO IV - RREO 2022/2023/2024)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a") - Continuação

R$1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Declaramos até a presente data, que a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, encontra-se em fase elaboração.

Fonte:

(1) Balanço Geral (2021, 2022 e 2023)

(2) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA - Quadro 5 - Projeção Atuarial - MPS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R$ 1

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
TOTAL			-	-	-	

Nota:

(1) O Município, quando da elaboração da LDO 2026, ainda não havia determinado nenhuma espécie de redução de Tributo ou Contribuição.

(2) Caso venha ocorrer alguma espécie de renúncia de receita, o Município deverá rever este Anexo propondo alteração na LDO 2026.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R$ 1

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2026
Aumento Permanente da Receita	3.077.839
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	9.860.597
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**(6.782.758)**
Redução Permanente de Despesa (II)	**-**
Margem Bruta (III) = (I+II)	**(6.782.758)**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	**(6.782.758)**

Fonte:

(1) Anexos e Tabelas constantes da presente Lei.

Nota:

(1) O Aumento ou Redução da Receita foi verificado comparando-se a Receita Prevista para 2026 e a Prevista para 2025.

(2) As novas DOCC foram consideradas para readequação das despesas para o exercício de 2026, inclusive os reajustes salariais